

PARECER N° 499/2019/JULG ASJIN/ASJIN
PROCESSO N° 00058.522588/2017-49
INTERESSADO: HERNANE DE SILVEIRA CHAVES

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA, nos termos da minuta anexa.

ANEXO

MARCOS PROCESSUAIS										
NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Data da Infração	Lavratura do AI	Ciência do AI	Decisão de Primeira Instância (DC1)	Ciência da DC1	Multa aplicada em Primeira Instância	Postagem/Protocolo do Recurso	Aferição Tempestividade
00058.522588/2017-49	662809185	001641/2017	29/04/2016	14/07/2017	11/08/2017	23/01/2018	08/03/2018	R\$ 2.000,00	Ausente	27/08/2018

Enquadramento: Artigo 302, inciso II, alínea "p" da Lei n.º 7.565/1.986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer) c/c alínea "a", do artigo 21 da Lei 7183 de 05/04/1984 (Lei do Aeronauta).

Infração: Extrapolar os limites de jornada de trabalho de tripulação simples ou mínima, fora dos casos previstos em lei.

Proponente: Rodrigo Camargo Cassimiro – SIAPE 1624880 – Portaria ANAC n° 845, de 13/03/2017.

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de processo administrativo sancionador discriminado no quadro acima, que individualiza as materialidades infracionais e retrata os marcos relevantes para o trâmite e regularidade processual.

2. Os autos evidenciam - RF 142 (DOC SEI 0866994) que:

Em 24 de maio de 2016, foi recebida mensagem eletrônica de servidor da ANAC (Anexo 1), informando que durante suas atividades de voos de cheque recebeu denúncia de que a empresa Brasil Vida Táxi Aéreo realizara no mês de Abril de 2016 um voo aeromédico para a China, com a aeronave PR-OMX. Ressaltou que essa aeronave não dispunha de autorizações para realizar tal voo.

Em consulta inicial ao módulo ?MOV? do Sistema Integrado de Aviação Civil ? SACL, observou-se que no dia 28 de abril de 2016 a aeronave PR-OMX realizou a etapa SBFZ (Fortaleza/CE) ? GVAC (Ilha do Sal ? Cabo Verde).

Em 09 de junho de 2016, a Gerência Técnica de Padrões Operacionais expediu o Ofício 280/2016/GTPO-DF/GOAG/SPO (solicitando cópias dos diários de bordo da aeronave PR-OMX, contendo as operações entre os dias 01/04/2016 e 31/05/2016) (Anexo 2).

Na mesma data, foi expedido ao Departamento de Controle de Espaço Aéreo o Ofício n° 286/2016/GTPO-DF/GOAG/SPO, solicitando cópias dos planos de voo apresentados no dia 28 de abril de 2016 para a aeronave PR-OMX (Anexo 3).

Em resposta ao Ofício, a Brasil Vida Táxi Aéreo apresentou, por meio do Ofício N° 024/BRVIDA/2016 (00058.068309/2016-15), cópias autenticadas das páginas 094 a 108, todas constantes do diário de bordo N° 002/PR-OMX/2015 (Anexo 4).

Posteriormente, o operador encaminhou cópia das listas de passageiros embarcados nas etapas ocorridas entre os dias 28 de abril de 2016 e 04 de maio de 2016, das fichas de peso e balanceamento dessas etapas e comprovante de aquisição de cartas aeronáuticas para as regiões sobrevoadas (Anexos 5 e 6).

Por fim, o Departamento de Controle de Espaço Aéreo encaminhou, em 25 de julho de 2016, os registros de planos de voo apresentados para o dia 28 de abril de 2016 (Anexo 7).

(...)

As Especificações Operativas da Brasil Vida Táxi Aéreo, vigente em Abril e Maio/2016 autorizavam a aeronave PR-OMX a realizar operações somente nas Américas do Sul, Central e do Norte (Ver Anexos 8 e 9).

A viagem objeto da denúncia durou 06 (seis) dias e contou com 17 (dezesete) etapas. As etapas realizadas são apresentadas na tabela abaixo:

DATA	DE	PARA
28/04/2016	SWNV (Goiânia, Brasil)	SBSP (São Paulo, Brasil)
28/04/2016	SBSP (São Paulo, Brasil)	SBFZ (Fortaleza, Brasil)
28/04/2016	SBFZ (Fortaleza, Brasil)	GVAC (Ilha do Sal, Cabo Verde)
28/04/2016	GVAC (Ilha do Sal, Cabo Verde)	LEMG (Málaga, Espanha)
29/04/2016	LEMG Málaga, Espanha)	EPWA (Varsóvia, Polônia)
29/04/2016	EPWA (Varsóvia, Polônia)	UACC (Astana, Cazaquistão)
29/04/2016	UACC (Astana, Cazaquistão)	ZWWW (Ürümqi, China)
30/04/2016	ZWWW (Ürümqi, China)	ZBYN (Taiyuan, China)
30/04/2016	ZBYN (Taiyuan, China)	ZSWZ (Wenzhou, China)

01/05/2016	ZSWZ (Wenzhou, China)	ZYHB (Harbin, China)
01/05/2016	ZYHB (Harbin, China)	UHPP (Petropavlovsk-Kamchatsky Rússia)
02/05/2016	UHPP (Petropavlovsk-Kamchatsky Rússia)	PANC (Anchorage, Estados Unidos)
02/05/2016	PANC (Anchorage, Estados Unidos)	KBFI (Seattle, Estados Unidos)
03/05/2016	KBFI (Seattle, Estados Unidos)	KSLN (Salina, Estados Unidos)
03/05/2016	KSLN (Salina, Estados Unidos)	KFXE (Fort Lauderdale, Estados Unidos)
04/05/2016	KFXE (Fort Lauderdale, Estados Unidos)	SBBV (Boa Vista, Brasil)
04/05/2016	SBBV (Boa Vista, Brasil)	SBGO (Goiânia, Brasil)

Os registros referentes a essas etapas foram feitos nas páginas 96 a 99 do Diário de Bordo nº 002/PR-OMX/2015 e 102 a 104 do Diário de Bordo nº 003/PR-OMX/2016. Em todas as páginas, o comandante é o tripulante Phelipe Augusto Costa Souza Fleury (CANAC 108765) e o copiloto é o tripulante Hernane de Silveira Chaves (CANAC 144157). O comandante da aeronave é ainda o Piloto-Chefe da Brasil Vida Táxi Aéreo, EM NENHUMA DAS PÁGINAS FOI PREENCHIDA A PARTE II ? SITUAÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE. Os eventos de cada página serão apresentados a seguir, separados por data:

28 de abril de 2016, realizadas as seguintes etapas: SWNV ? SBSP; SBSP-SBFZ; SBFZ-GVAC e; GVAC-LEMG. Tempo total de voo: 11.5 (em horas decimais, conforme diário de bordo). Tempo total de jornada da tripulação: 13:56. Os registros de bordo apontam ainda a natureza ?PV ? Privada? em 3 das 4 etapas (faltando preenchimento da natureza da operação na etapa SWNV-SBSP). Essa etapa foi realizada sem passageiros a bordo e as demais etapas estavam a bordo 4 passageiros. A lista de passageiros encaminhada pelo operador aponta a existência de 6 passageiros. Chama a atenção o tempo em que foram realizadas as escalas técnicas na data. Considerando o tempo entre o corte e acionamento da aeronave, esta permaneceu apenas 24 minutos em Fortaleza e 9 minutos na Ilha do Sal. Essa equipe de análise considera insuficiente esse tempo, já que a escala técnica envolve abastecimento e desembarço alfandegário

29 de abril de 2016, realizadas as seguintes etapas: LEMG-EPWA; EPWA-UACC; e UACC-ZWWW. Tempo total de voo: 9.2 (em horas decimais, conforme diário de bordo). Tempo total de jornada da tripulação: 11:02. A jornada se iniciou as 12:19 (12 horas e 08 minutos após o término da jornada anterior). Novamente, o operador realizou escalas técnicas bastante rápidas (18 e 25 minutos entre acionamento e corte em cada etapa).

30 de abril de 2016, realizadas as seguintes etapas: ZWWW-ZBYN e ZBYN-ZSWZ. Tempo total de voo: 5.1 (em horas decimais, conforme diário de bordo). Tempo total de jornada da tripulação: 08:05. A jornada se iniciou as 10:55 (11 horas e 34 minutos após o término da jornada anterior). O campo ?Pax? não foi preenchido para nenhuma das etapas realizadas nessa data. A lista de passageiros apresentada pelo operador aponta que 3 passageiros de nacionalidade chinesa desembarcaram em ZSWZ (Wenzhou, China).

01 de maio de 2016, realizadas as seguintes etapas: ZSWZ-ZYHB e ZYHB-UHPP. Tempo total de voo: 5.2 (em horas decimais, conforme diário de bordo). Tempo total de jornada da tripulação: 06:51. A jornada se iniciou as 06:30 (11 horas e 30 minutos após o término da jornada anterior). O campo ?Pax? não foi preenchido para nenhuma das etapas realizadas nessa data.

02 de maio de 2016, realizadas as seguintes etapas: UHPP-PANC e PANC-KBFI. Tempo total de voo: 7.8 (em horas decimais, conforme diário de bordo). Tempo total de jornada da tripulação: 09:01. A jornada se iniciou as 01:30 (12 horas e 09 minutos após o término da jornada anterior). O campo ?Pax? não foi preenchido para nenhuma das etapas realizadas nessa data.

03 de maio de 2016, realizadas as seguintes etapas: KBFI-KSLN e KSLN-KFXE. Tempo total de voo: 5.6 (em horas decimais, conforme diário de bordo). Tempo total de jornada da tripulação: 07:27. A jornada se iniciou as 22:34 (36 horas e 03 minutos após o término da jornada anterior). O campo ?Pax? não foi preenchido para nenhuma das etapas realizadas nessa data.

04 de maio de 2016, realizadas as seguintes etapas: KFXE-SBBV e SBBV-SBGO. Tempo total de voo: 7.7 (em horas decimais, conforme diário de bordo). Tempo total de jornada da tripulação: 09:20. A jornada se iniciou as 01:30 (28 horas e 14 minutos após o término da jornada anterior). O campo ?Pax? não foi preenchido para nenhuma das etapas realizadas nessa data.

O operador apresentou formulários para cálculo de centragem para as etapas citadas no item anterior. Esses formulários apontam incongruências, quando confrontadas as informações de passageiros a bordo, com a lista de passageiros apresentada e o dado preenchido no campo ?PAX? no diário de Bordo. Chama atenção o uso de peso para passageiro de 136 lbs (61,68 kg). Esse valor não consta no Manual Geral de Operações (MGO) da Brasil Vida para nenhuma categoria de passageiros e tripulantes. Por fim, observa-se que o formulário de centragem aponta que no aeródromo KBFI ocorreu o embarque de 1 passageiro com 136 lbs, permanecendo a bordo até, pelo menos, a localidade SBBV.

O operador apresentou ainda possuir assinatura de cartas eletrônicas que abrangiam a rota realizada. Esse comprovante, no entanto, se referia à cartas eletrônicas. O operador não detinha à época de autorização em suas Especificações Operativas para uso do EFB (*Electronic Flight Bag*).

A transcrição dos planos de voo apresentados para as etapas SWNV-SBGR e SBSP-SBFZ apontam que o operador indicou o código ?MEDEVAC?. Tal código é utilizado para identificar operações aeromédicas e possibilitam determinadas prioridades à aeronave em transporte dessa natureza. A IAC 3134 não prevê esse tipo de operação em voos de natureza privada (RBHA 91) (Ver Anexo 8).

Diante dos fatos expostos, resta comprovado que a Brasil Vida Táxi Aéreo Ltda realizou voo de transporte de enfermos em operação regida pelo RBHA 91, o que contraria o previsto na IAC 3134.

A partir dos fatos abordados neste Relatório, sugere-se

Emissão de Autos de Infração ao tripulante Hernane de Silveira Chaves (CANAC 144157) pelos fatos listados na tabela abaixo:

- Extrapolar os limites de jornada de trabalho de tripulação simples no dia 28/04/2016 (CBA, Art. 302, II, p).
- Extrapolar os limites de horas de voo de tripulação simples no dia 28/04/2016 (CBA, Art. 302, II, p).
- **Extrapolar os limites de jornada de trabalho de tripulação simples no dia 29/04/2016(CBA, Art.302, II, p).**
- Operar aeronave em desrespeito ao período mínimo de repouso após uma jornada de até 12 (doze) horas, conforme preconiza o Artigo 34, alínea "a", da lei nº 7.183, no dia 30/04/2016 (CBA, Art. 302, II, j);

- Operar aeronave em desrespeito ao período mínimo de repouso após uma jornada de até 12 (doze) horas, conforme preconiza o Artigo 34, alínea "a", da lei nº 7.183, no dia 01/05/2016(CBA. Art. 302, II, j);

- Operar aeronave em área geográfica não autorizada nas Especificações Operativas, contrariando o item 119.5(c)(4) do RBAC 119 (CBA, Art. 302, II, n).

3. Anexou-se o referido ofício da Interessada, n. 024/BRVIDA/2016 (DOC SEI 0867000), que encaminhou as cópias autenticadas das páginas do diário de bordo 02/PR-OMX/2016 e 03/PR-OMX/2016 referentes às operações elencadas acima, das quais destacam-se aqui, as páginas em que se encontram as transgressões sob exame:

Página 97 do diário de Bordo n. 002/PR-OMX/2015																								
 DIÁRIO DE BORDO: PR- OMX DATA: 29 / 04 / 16										Fabricante: ISRAEL AIRCRAFT Modelo: 1124 N/S: 363 Cat. Reg.: TPX														
HORA DE APRESENTAÇÃO DA TRIPULAÇÃO															PARTE I - REGISTRO DE VÔO DIÁRIO DE BORDO Nº 002 / PR-OMX / 2015 Nº 000097									
Comandante		Hora	Rubrica	Co-Piloto	Hora	Rubrica	Trip. Extra	Hora	Rubrica															
Phelipe		12:19		Helene	12:19																			
CANAC: 108765				CANAC: 141157																				
Hr. de Célula Anterior: 11.549,4					Hr. de Célula no Dia: 8,9					Total Hr Célula: 11.558,3														
Data		Ciclos: 7543			Ciclos: 7746			Pousos: 8146																
Dia/Mês	De	Para	ACIO	DEC	POUSO	CORTE	T. VÔO	T. TOTAL	NOT	DIU	IFR-R	VFR	Comb. Total	Comb. Gasto	Comb. Rem.	Pax	Ciclo	Ciclo	Pousos	Nat	Ass. CMT			
29/4	LEMG	EPWA	12:49	12:51	15:59	16:02	3.1	3.2	-	3.1	2.9	0.2	7220	5500	1720	4	1	1	1	PV				
29/4	EPWA	UACC	16:20	16:23	20:32	20:35	4.1	4.2	2.0	2.1	3.8	0.3	9100	6192	1908	4	1	1	1	PV				
29/4	UACC	ZWWW	21:00	21:04	22:49	22:51	1.7	1.8	1.7	-	1.5	0.2	5166	3158	2008	4	1	1	1	PV				
TOTAL:							8.9	9.2	3.7	5.2	8.2	0.7				3	3	3						
Ocorrências:															Total: 7546 7746 8146									
PERFORMANCE DA AERONAVE										ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL					PASSAGEIROS / EMPRESA									
Etapa	Hora		Instrum.	Motor Esq.	Motor Dir.	Local	CIA	Doc.	Litros															
Peso Atual	Pneumatico		ITT			CLOTILDE SOUZA FRAUSINO PEREIRA Tabeliã Rua João de Abreu, 157 - Setor Oeste - Goiânia - GO - Fone: (062) 3215-8998 02021606221616094901294 - Consulte em: http://extrajudicial.tjgo.jus.br/ CONFERE COM O ORIGINAL, DOU FÉ. *360472 *0024* Goiânia, 28 de junho de 2016.																		
Nível	Hidráulico		Torque/EPR			2º Tabelionato de Notas Artal Cavalcante de Assunção Escrevente Rua João de Abreu Nº 167 - Setor Oeste GOIÂNIA - GOIÁS																		
RAT/SAT	Ar Emerg.		N1			Artal Cavalcante de Assunção - Escrevente																		
IAS/MACH	Carin Al/Dif		N2																					
Oxigênio	Inversores		Oil Press																					
Sucção			Oil Temp.																					
OBS.:			Fuel Flow	Obs.:																				
			Gen/Alt																					
Visto:																								
PARTE II - SITUAÇÃO TÉCNICA DA AERONAVE																								
Tipo da última intervenção de manutenção:										Tipo da última intervenção de manutenção:														
Horas de célula para próxima intervenção de manutenção:										Horas disponíveis:														
REGISTRO DA TRIPULAÇÃO										APROVAÇÃO DE RETORNO AO SERVIÇO														
Data	Sist.	Discrepância			Cód.	Rub.	Data	Ação Corretiva			Cód.	Rubrica												
/							/																	
/							/																	
/							/																	

4. Ato contínuo, lavrou-se o auto de infração (DOC SEI 0866857), descrevendo-se o fato assim: "O tripulante excedeu o limite de tempo da jornada de trabalho no dia 29/04/2016. Aeronave: PR-OMX".

5. Por oportuno, destaca-se que o presente modelo de análise tem respaldo no art. 50, §2º, da Lei 9.784/1999.

HISTÓRICO

6. Respaldo pelo art. 50, § 1º, da Lei 9.784/1999 aproveita-se como parte integrante desta análise relato constante da decisão de primeira instância constante dos autos.

7. Em Defesa Prévia (DOC SEI 1045639), o interessado alega:

3- QUESTÕES PRELIMINARES

3.1- Nulidade Do Auto Pela Falta De Competência Do Agente

(...)

...somente as Superintendências possuem competência para autuar e aplicar medidas previstas na Lei nº 7.656/86 e normas complementares.

(...)

3.2- Nulidade Do Auto - Ofensa À Lei Nº 9.784/99

A suposta infração ocorreu no dia 28/04/2016. Ocorre que o auto de infração foi lavrado somente no dia 21/07/2017 e entregue à Atuada no dia 10/08/2017, 01 (um) ano e 03 (três) meses após o ocorrido. Destarte, deve ser reconhecida a nulidade do ato administrativo, pois praticado fora do prazo estabelecido na Lei nº 9.784/99 ...

(...)

3.3- Nulidade Do Auto De Infração Pela Não Autuação Em Flagrante - Ofensa à Lei Nº 9.784/99 e à Resolução nº25

A boa técnica e o senso de justiça impunham a notificação imediata do piloto no comando da aeronave acusada de violar as normas de tráfego aéreo, logo após a conclusão do voo.

O agente público deveria ter realizado a autuação em flagrante, com o objetivo não só de atestar a veracidade do ocorrido, mas principalmente de possibilitar o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, o que não foi feito.

Em casos como esse a autuação em flagrante constitui direito do administrado, pois além de garantir ao ato administrativo o necessário grau de certeza e segurança, possibilita ao autuado o exercício do contraditório e da ampla defesa desde aquele momento, possibilitando-o provar que não praticou o suposto ato infracional ou apresentar alguma excludente de ilicitude.

(...)

3.4- Illegitimidade Do Autuado - Art. 166 da Lei N- 7.565/86

(...)

O Autuado não poder ser responsabilizado pelo fato descrito no auto de infração, pois o mesmo é de responsabilidade do comandante da aeronave, sendo absolutamente ilegal a tentativa de responsabilizar o Autuado, sob pena de ofensa à literal disposição de Lei Federal, mormente ao disposto no art. 166, §3º, da Lei nº 7.565/86 (CBAer), que imputa expressamente ao comandante da aeronave a responsabilidade pelo cumprimento da regulamentação profissional referente aos limites da jornada de trabalho e limites de voo...

(...)

3.5- ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO

(...)

Apontada a ilegalidade a Administração tem o dever de anular seus atos quando estes forem ilegais. Nestes casos não cabe alternativa ao órgão senão anular o referido ato, como é o caso em tela, em sentido formal. A instituição de uma obrigação por instrução normativa ofende o princípio da legalidade e da reserva legal, não sendo aceita no ordenamento jurídico vigente.

(...)

4- ANÁLISE DE MÉRITO

4.1- INAPLICABILIDADE DA LEI N. 7.183/84 AO CASO-VOO PARTICULAR

O auto de infração em questão versa sobre suposto desrespeito do tempo regulamentar de repouso. A infração foi enquadrada no art. 302, III, "o" do Código Brasileiro de Aeronáutica ("infringir as normas que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta ou de aeroviário"). Ocorre que a Autuada não infringiu qualquer norma regulamentadora da profissão de aeronauta, pois os senhores Hemane de Silveira Chaves e Phelipe Augusto Costa Souza Fleury não estavam a serviço da Autuada nos dias citados no auto de infração, ou seja, eles não estavam exercendo a profissão naquela oportunidade.

A Autuada cedeu a aeronave PR-OMX ao senhor Phelipe Augusto Costa Souza Fleury (que, diga-se de passagem, é filho do sócio da Autuada) para realização de viagem particular. Tanto assim que as fls. 0096, 0097 e 0098 do Diário de Bordo nº 002/PR-OMX/2015 (docs. anexos) registram a sigla "PV", indicativa de privada, no campo "Nat", indicativo da natureza da operação da aeronave. Os pilotos empreenderam a viagem nos dias citados no auto de infração, mas não o fizeram a trabalho (exercendo a profissão) e sim em caráter particular, por iniciativa e vontade própria, tanto assim que os respectivos registros não indicam o transporte de qualquer passageiro, como pode ser observado nos campos específicos do Diário de Bordo.

Oportuno esclarecer que para a realização desse voo particular os senhores Phelipe Augusto Costa Souza Fleury e Hemane de Silveira Chaves solicitaram folga e ficaram fora da escala da Autuada entre os dias 28/04/2016 e 04/05/2016, como provam a cópia anexa.

Destarte, tratando-se de voo particular, inaplicável a Lei nº 7.183/84, pois a mesma regulamentava apenas o exercício da profissão de aeronauta, o que não foi o caso, pois os pilotos não estavam prestando serviços à Autuada, ou seja, não estavam exercendo a profissão.

Data máxima vênua, aplicar a Lei nº 7.183/84 ao presente caso (voo particular) equipara-se ao equívoco de regulamentar uma viagem particular realizada em veículo terrestre com os ditames da Lei nº 13.103/2015. Ambas Leis regulamentam o exercício das respectivas profissões e não o ato de pilotar uma aeronave ou dirigir um veículo terrestre.

Por esse motivo, requer seja julgado improcedente o auto de infração fustigado.

5- PEDIDOS

Face aos fundamentos expostos e ainda confiando nos justos critérios dessa r. Instância Julgadora, requer seja declarada a nulidade do auto de infração pela incompetência do agente para autuar e aplicar medidas previstas na Lei nº 7.656/86 e normas complementares, competência essa definida no art. 31, II do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac. Alternativamente, seja declarada a nulidade do auto de infração pela não observância do prazo fixado no art. 24 da Lei nº 9.784/99, sob pena de ofensa ao referido dispositivo legal; 3- Alternativamente, seja declarada a nulidade do auto de infração em razão da ilegitimidade passiva do Autuado, pois o art. 166, §3º, da Lei nº 7.565/86 é bastante claro ao imputar a responsabilidade pelo cumprimento da regulamentação profissional referente aos limites da jornada de trabalho, limites de voo e intervalos de repouso ao comandante da aeronave. Na remota hipótese de superação das questões preliminares, em análise de mérito requer seja julgado improcedente o auto de infração em razão da inaplicabilidade da Lei nº 7.183/84 ao caso, por tratar-se de voo particular/privado e não no exercício da profissão.

8. Anexou aos autos cópias dos seguintes documentos:

- Página n.º 000097 do Diário de Bordo n.º 002/PR-OMX/2015;
- Escalas Previstas dos tripulantes da empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA, referentes aos meses de abril e maio de 2016;
- Escalas Realizada dos tripulantes da empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA, referentes aos meses de abril e maio de 2016;
- Papeletas Individuais de Horário de Serviço Externo do Autuado, referentes aos meses de abril e maio de 2016
- Páginas da Cademeta de Célula n.º 05/PR-OMX/10.

9. A Decisão de Primeira Instância (DCI), vide DOCs SEI 1441716 e 1452377, após cotejo integral de todos argumentos para com os elementos dos autos entendeu que os da autuado não evidenciaram elementos probatórios capazes de ilidir a aplicação de penalidade e condenou o interessado à sanção de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), patamar mínimo, com a incidência de circunstância atenuante (artigo 22, § 1º, inciso III - inexistência de aplicação de penalidades no último ano) e ausência de agravantes. Especificou ainda:

O Auto de Infração em referência foi capitulado no **artigo 302, inciso II, alínea "p" do Código Brasileiro de Aeronáutica – CBAer**, nestes termos:

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

II - infrações imputáveis à aeronautas e aeroviários ou operadores de aeronaves:

(...)

p) exceder, fora dos casos previstos em lei, os limites de horas de trabalho ou de voo;

E ainda, com infração ao disposto na alínea "a", do artigo 21, da Lei n.º 7.183/1.984:

Art. 21 - A duração da jornada de trabalho do aeronauta será de:

- 11 (onze) horas, se integrante de uma tripulação mínima ou simples;
- 14 (quatorze) horas, se integrante de uma tripulação composta;
- 20 (vinte) horas, se integrante de uma tripulação de revezamento. (g. n.)

O Autuado, em sua defesa, alegou inicialmente a incompetência do Autuador, vez que apenas o Superintendente teria competência para a atuação em tela, e tal competência é irrenunciável. Por essa razão o Auto de Infração em referência seria nulo.

Não se verifica até aqui, a aplicação de qualquer penalidade, ou sanção, que seja, por parte do Autuador. O que se apresenta por hora, é a apreciação por este servidor, dos documentos constantes dos autos, para apuração da infração noticiada no presente Auto de Infração.

Vê-se, ainda, de acordo com a Resolução n.º 111/2009, em seu artigo 1º, *in verbis*:

Art. 1º As decisões de primeira instância administrativa relativas aos processos de apuração e aplicação de penalidades no âmbito da ANAC serão, observadas as atribuições dispostas no Regimento Interno, emanadas pelos Superintendentes, de acordo com a respectiva área de competência.

Parágrafo único. A competência atribuída aos Superintendentes nos termos deste artigo poderá ser objeto de delegação.

Portanto, a delegação de competência está perfeitamente assistida pela legislação acima citada, onde fica confirmada a competência atribuída pela Superintendência ao servidor que elabora a presente Decisão.

Quanto à emissão do Auto de Infração verifica-se através da legislação, em especial a Instrução Normativa n.º 101/2016, da ANAC, que:

Art. 2.º A realização das atividades de fiscalização é inerente aos Especialistas em Regulação de Aviação Civil e Técnico em Regulação de Aviação Civil, aos ocupantes de cargos comissionados e aos servidores do Quadro de Pessoal Específico desta Agência, que tenham atribuição relacionada ao poder de polícia.

Parágrafo único. Os servidores não enquadrados no caput poderão compor equipes para execução de atividades acessórias à fiscalização.

(...)

Art. 6.º Cabe às unidades organizacionais responsáveis por atividades de fiscalização definir os Programas de Capacitação Específicos dos servidores aptos a realizar as atividades de fiscalização, a fim de que possa ser comprovada, sempre que necessário, a proficiência na realização das atividades para as quais foram designadas.

O parágrafo primeiro, do artigo 31, do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC estabelece sobre a delegação:

Art. 31. Compete às Superintendências planejar, organizar, executar, controlar, coordenar e avaliar os processos organizacionais e operacionais da ANAC no âmbito das competências, e, especialmente:

(...)

II - apurar, autuar e decidir em primeira instância os processos administrativos relativos a apuração e aplicação de penalidades no âmbito da ANAC, observadas as atribuições dispostas neste Regimento Interno, de acordo com a respectiva área de competência;

(...)

§ 2.º A competência atribuída aos Superintendentes nos termos do inciso II poderá ser objeto de delegação. (g. n.)

O CBAer, em seu artigo 197, estabelece o seguinte:

Art. 197. A fiscalização será exercida pelo pessoal que a autoridade aeronáutica credenciar.

Ressalta-se ainda que o Agente Público, Sr. FABIO FAGUNDES DOS SANTOS, matrícula 1510670, estava devidamente capacitado, conforme Portaria n.º 1.183, de 09/07/2015, publicada no Boletim Pessoal de Serviço V. 10, n.º 28, de 10/07/2015, assinada pelo Superintendente de Padrões Operacionais - SPO, disponível para consulta no seguinte endereço eletrônico: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/2015/28/bps-v-10-n-28-10-07-2015>.

Cumprido ressaltar que o Sr. FABIO FAGUNDES DOS SANTOS possui o cargo de Especialista em Regulação de Aviação Civil, conforme registros no endereço eletrônico <http://transparencia.gov.br/servidores/Servidor-DetalhaServidor.asp?IdServidor=1079905>.

O inciso V, do artigo 8.º, da Resolução n.º 25/2008 que dispõe sobre Processos Administrativos para a apuração de infrações e aplicação de penalidades, no âmbito da competência da ANAC, versa somente a assinatura e indicação do cargo e função, fato este comprovado no Auto de Infração em referência. A assinatura e o nome do Autuador estão apostas no Auto de Infração, como também a indicação "1510670", identificando o fiscal.

Vê-se, portanto, que à Autuada não favorece a razão.

Outra alegação utilizada pela Autuada é a de que o ato administrativo é nulo porque foi praticado fora do prazo, já que o Auto de Infração em referência foi lavrado em 14/07/2017 e entregue à Autuada em 11/08/2017. Segundo a Autuada, o Auto de Infração deveria ser lavrado em no máximo 5 (cinco) dias após o ato infracional, de acordo com o artigo 24 da Lei n.º 9.784/1.999.

Com relação à tais arguições, o Parecer PROC/ANAC n.º 056/2009, aprovado em 12/02/2009 pelo Sr. Procurador-Geral, assim entende sobre os prazos para aplicação e cobrança de multas, no âmbito da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil – PF/ANAC, que:

"(...) a ANAC tem cinco anos (art. 1.º da Lei 9.783/99) para aplicar a multa e cinco anos (art. 1.º do Decreto n.º 20.910/32) para cobrá-la. Nos cinco anos destinados à aplicação da multa, a Agência não pode deixar o processo sem movimentação injustificada por mais de três anos, sob pena de ocorrer a prescrição intercorrente de que trata o § 1.º, art. 1.º, da Lei n.º 9.873/99. Tais prazos para apurar infrações são interrompidos (recomeçam totalmente) pela citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital; por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato; pela decisão condenatória recorrível (incisos I, II e III do art. 2.º, da Lei n.º 9.873/94." (g. n.)

O artigo 24 da Lei n.º 9.784/1.999 só pode ser aplicado ao trâmite entre órgãos ou de encaminhamento de autos, atendimento a despachos ou recebimento e juntada de documentos, o que não foi o caso. Novamente, aqui não merece prosperar as alegações da Autuada, tendo em vista que os prazos estão rigorosamente cumpridos para o presente Auto de Infração.

A Autuada alegou que não foi identificado o Piloto em Comando no presente Auto de Infração. Ora, ao contrário do alegado, os nomes dos tripulantes que extrapolaram as jornadas foram devidamente identificados no Auto de Infração em referência.

A seguir, a Autuada afirmou que a abordagem pela fiscalização deveria ter sido feita logo após o voo, ou seja, em flagrante, pois ao não obedecer tal fato, a fiscalização agiu de forma arbitrária, e, com isso, não garantiu à Autuada o pleno exercício da Ampla Defesa e do Contraditório, citando para tal o artigo 7.º da Resolução ANAC n.º 25/2008:

Art. 7.º Na impossibilidade da entrega da segunda via do AI, no momento da lavratura ou no caso de recusa do autuado em recebê-la, o agente da autoridade de aviação civil deverá encaminhá-la por via postal, com aviso de recebimento, ou por outro meio que comprove a certeza de sua ciência.

Parágrafo único. No AI deve ser consignada a recusa do autuado em receber a via que lhe é destinada. (g. n.)

Essa alegação não merece prosperar, tendo em vista que não há lei que restrinja o poder de polícia da ANAC, restringindo-a apenas aos casos de flagrante delito. Necessário informar que, no caso concreto, a possibilidade de uma atuação em flagrante era totalmente remota. Nas datas das infrações, conforme se verá adiante, a aeronave PR-OMX foi operada até a China.

A infração foi constatada apenas após a análise documental, gerada por meio de denúncia (0866996), quando a empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA, em resposta ao Ofício n.º 280/2016/GTPO-DF/GOAG/SPO, encaminhou a esta Agência, em 29/06/2016, cópias de diversos documentos, dentre os quais a cópia da página n.º 000097 do Diário de Bordo n.º 002/PR-OMX/2015, referente à infração (0867000).

Assim, como o Auto de Infração em referência foi lavrado após análise de documentos feita nas dependências desta Agência, não era possível outra notificação à Autuada do que a feita via postal. Destaca-se, desta feita, que foram atendidas as diretrizes dos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, com fulcro no artigo 5.º, inciso LV da Constituição da República. Verifica-se que o Auto de Infração em referência fora lavrado em consonância com os preceitos legais que regem a matéria, não possuindo vício capaz de torná-lo inválido.

Tal como previsto na Carta Magna, qual seja em seu artigo 5.º, inciso LV, assegura-se aos interessados o direito ao contraditório e à ampla defesa, não só aos litigantes em processo judicial, mas também no âmbito administrativo. Referido direito também se reproduziu na Lei n.º 9.784/1.999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

Art. 2.º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

(...)

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS

Art. 3º O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei. (g. n.)

Sobre o mérito em si, o Autuado alegou que não se aplicam os preceitos da Lei n.º 7.183/1.984 ao presente caso, uma vez que os tripulantes estavam de folga e utilizaram a aeronave emprestada pela empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA para um voo particular, de natureza privada, ao passo que a Lei n.º 7.183/1.984 regula a profissão do aeronauta, ou seja, como não estavam prestando serviço para a empresa, não incorreram em infrações.

Segundo o Relatório de Fiscalização n.º 004360/2017 (0866994), verificou-se que o Autuado compôs tripulação, na qualidade de Copiloto da aeronave de matrícula PR-OMX durante todas as operações elencadas pela Tabela abaixo, o que também descaracteriza a alegação de que o Copiloto não pode ser responsabilizado por extrapolação de jornada, sob o argumento de que o artigo 166 do CBAer imputaria tal ônus ao Comandante da aeronave.

Tal alegação não prospera, uma vez que o Copiloto é tripulante, compõe tripulação, e sem o qual não é possível realizar os voos. A Lei n.º 7.183/1.984 busca proteger a saúde do trabalhador, além de regular o exercício da profissão de aeronauta, sempre também em prol da segurança de voo, conforme se verá mais abaixo.

Veja-se, a título de ilustração, o que preconizam os artigos 2º e 4º do supracitado diploma legal sobre as definições dos termos "aeronauta" e "tripulante", respectivamente:

Art. 2º - Aeronauta é o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho.

(...)

Art. 4º - O aeronauta no exercício de função específica a bordo de aeronave, de acordo com as prerrogativas da licença de que é titular, tem a designação de tripulante. (g. n.)

Pela Tabela a seguir pode-se visualizar as operações nas quais o Autuado esteve envolvido como membro de tripulação, ou seja, aeronauta:

DATA	DE	PARA
28/04/2016	SWNV (Goiânia, Brasil)	SBSP (São Paulo, Brasil)
28/04/2016	SBSP (São Paulo, Brasil)	SBFZ (Fortaleza, Brasil)
28/04/2016	SBFZ (Fortaleza, Brasil)	GVAC (Ilha do Sal, Cabo Verde)
28/04/2016	GVAC (Ilha do Sal, Cabo Verde)	LEMG (Málaga, Espanha)
29/04/2016	LEMG (Málaga, Espanha)	EPWA (Varsóvia, Polónia)
29/04/2016	EPWA (Varsóvia, Polónia)	UACC (Astana, Cazaquistão)
29/04/2016	UACC (Astana, Cazaquistão)	ZWWW (Ürümqi, China)
30/04/2016	ZWWW (Ürümqi, China)	ZBYN (Taiyuan, China)
30/04/2016	ZBYN (Taiyuan, China)	ZSWZ (Wenzhou, China)
01/05/2016	ZSWZ (Wenzhou, China)	ZYHB (Harbin, China)
01/05/2016	ZYHB (Harbin, China)	UHPP (Petropavlovsk-Kamchatsky, Rússia)
02/05/2016	UHPP (Petropavlovsk-Kamchatsky, Rússia)	PANC (Anchorage, Estados Unidos)
02/05/2016	PANC (Anchorage, Estados Unidos)	KBFI (Seattle, Estados Unidos)
03/05/2016	KBFI (Seattle, Estados Unidos)	KSLN (Salina, Estados Unidos)
03/05/2016	KSLN (Salina, Estados Unidos)	KFXE (Fort Lauderdale, Estados Unidos)
04/05/2016	KFXE (Fort Lauderdale, Estados Unidos)	SBBV (Boa Vista, Brasil)
04/05/2016	SBBV (Boa Vista, Brasil)	SBGO (Goiânia, Brasil)

Ainda de acordo com o referido Relatório de Fiscalização, o Autuado exerce as funções de copiloto na empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA. Em consulta à Receita Federal (1441710), verificou-se que o Autuado não é sócio da empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO

LTDA. Segundo a Certidão de Propriedade e Ônus Reais da aeronave PR-OMX (1441683), verificou-se que a referida aeronave é fruto de uma alienação fiduciária, celebrada entre o BANCO DO BRASIL S.A. e a empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA, num valor de R\$ 2.465.000,00 (Dois milhões e quatrocentos e sessenta e cinco mil reais).

Com base em todas as informações citadas no parágrafo anterior, não parece verossímil que uma empresa emprestaria uma aeronave cara para um simples empregado, seja para o Comandante ou para o Copiloto, para realizar diversos voos em curto espaço de tempo e ainda atravessando continentes como a Europa, Ásia e as Américas do Norte, Central e do Sul, com todos os custos inerentes à tal empreitada. Não ficou comprovado que a empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA teria emprestado a aeronave PR-OMX para o Comandante ou o Copiloto, na data da ocorrência.

Ainda que ficasse comprovado o singelo empréstimo da aeronave PR-OMX por parte da empresa BRASIL VIDA TÁXI AÉREO LTDA para um dos tripulantes, o que não foi o caso, essa linha de raciocínio utilizada pelo Autuado definitivamente não prospera, tendo em vista que o respeito ao limite diário estabelecido para a jornada de trabalho do aeronauta encontra sua razão de ser na manutenção da segurança de voo. O supracitado limite existe em função de se resguardar fisicamente o profissional no exercício de suas atividades de voo, cujas quais, como é cediço, causam impactos significativos no organismo dos seres humanos, daí a elaboração de todo um conjunto regulatório a fim de se proteger aos aviadores, mas também, a segurança de voo.

O fato do tripulante estar de folga regulamentar e mesmo assim ter operado a mesma aeronave da empresa, ainda que seja por razões particulares, não o exime, nem à empresa, de cumprirem com a legislação. Afinal, qual a diferença de se operar uma aeronave de forma desregulamentada entre voo caracterizado como fretado ou privado? De acordo com as pesquisas científicas realizadas sobre a questão da fadiga humana, a resposta parece clara: nenhuma!

É sobretudo importante que a comunidade aeronáutica leia e estude um trabalho científico recentemente apresentado no "The Journal of Biological and Medical Research". Relevante estudo, batizado de "[Musculoskeletal pain and insomnia among workers with different occupations and working hours](#)", compara os efeitos de jornadas de trabalho irregulares sobre trabalhadores de diversos setores, incluindo os pilotos de avião. O trabalho contou com dados coletados a partir de uma iniciativa da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil - ABRAPAC, executado com rigor científico e com a ajuda de 1250 pilotos. Pode-se ter acesso ao material completo [neste endereço](#).

2.3. Conclusão

De acordo com a cópia da página n.º 000097 do Diário de Bordo n.º 002/PR-OMX/2015 (0867000), pode-se calcular a jornada de trabalho efetuada pelo Autuado em 29/04/2016.

Para tais cálculos foram coletadas informações acerca das horas do nascer e pôr do sol para fins de apuração de hora de trabalho noturno, segundo consulta ao endereço eletrônico <http://www.timeanddate.com> (1441656).

Constata-se, pela análise do documento acostado (0867000), a extrapolação da jornada efetuada pelo Autuado, conforme a Tabela abaixo:

Dia 29/04/2016:

Apresentação (a)	Primeira Partida	Último Corte (b)	Final da Jornada (c) = (b+30min)	Nascer do Sol (hora local)	Por do Sol (hora local)
29/4/16 12:19	29/4/16 12:49	29/4/16 22:51	29/4/16 23:21	7:25	20:33
Jornada noturna antes nascer do sol (d)	Jornada noturna após pôr do sol (e)	Total da Jornada noturna (f) = (d)+(e)	Acréscimo noturno (g) = [(f)*0,1428]	Jornada Padrão (h)	Período de refeição (i)
00:00	2:48	2:48	00:24:00	11:00	00:00
Interrupção Programada da Viagem (início) (j)	Interrupção Programada da Viagem (fim) (k)	Total da Interrupção Programada da Viagem (l) = (k)-(j)	Dilatação da Jornada de trabalho (m) = (l)/2 (quando maior que 4h)	Total da Jornada (n) = (c) - (a) + (g) - (i)	
-	-	-	-	11:26	
Limite Legal para Jornada (o) = (h)+(m)	Extrapolação Efetiva (n)-(o)	Apresentação para próxima jornada (p)	Reapresentação (q)	Repouso Previsto	Repouso Efetivo (q-c)
11:10	0:26	-	-	-	-

O artigo 20 da Lei n.º 7.183/1.984 assim dispõe sobre Jornada de Trabalho:

Art. 20 - *Jornada é a duração do trabalho do aeronauta, contada entre a hora de apresentação no local de trabalho e a hora em que o mesmo é encerrado. (g. n.)*

Desta forma, restou configurada a prática de infração à legislação vigente, em especial ao previsto no artigo 302, inciso II, alínea "p" do Código Brasileiro de Aeronáutica.

10. O interessado foi devidamente notificado da decisão condenatória, interpondo **RECURSO ADMINISTRATIVO** (DOC SEI 1648386) em que alega:

- I - falta de competência do agente responsável pela autuação;
- II - operação de natureza privada.

11. Ao cabo, requer o arquivamento do processo.

12. **É o relato.**

PRELIMINARES

13. Primeiramente, salienta-se que não se encontram no presente processo vícios insanáveis. Ao interessado garantiu-se o direito de manifestação nos autos, podendo, inclusive, produzir provas. Observa-se que assim o fez, uma vez que apresentou diversas peças em sua defesa, sendo-lhe facultado apresentar provas à qualquer momento.

14. Assim, tem-se que em momento algum houve prejuízo ao exercício de defesa do Interessado ou à Administração. O AI, lavrado em 14/07/2017, traz expressamente que: "O tripulante excedeu o limite de tempo da jornada de trabalho no dia 29/04/2016. Aeronave: PR-OMX". Desse modo, está clara a transgressão.

15. Note-se que o Auto de Infração é o ato que dá início ao processo administrativo sancionador, conforme prescreve a Lei nº 7.565 de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBAer): "Art. 291. Toda vez que se verifique a ocorrência de infração prevista neste Código ou na legislação complementar, a autoridade aeronáutica lavrará o respectivo auto, remetendo-o à autoridade ou ao órgão competente para a apuração, julgamento ou providências administrativas cabível."

16. Com base, nesse dispositivo, resta claro que verificada a infração, deve-se lavrar o respectivo AI, exatamente como verifica-se no presente caso.

17. Por sua vez, a Resolução ANAC nº 25 de 25 de Abril de 2008, complementa: "Art. 4º O processo administrativo terá início com a lavratura do Auto de Infração – AI."

18. O auto de infração como principal documento de um processo administrativo traz embutido em si dois dispositivos primordiais para sua validade, que são a descrição do fato e seu enquadramento legal. Eles são os elementos necessários para que se informe, precisamente, o tipo infracional, permitindo, dessa forma, o exercício da ampla defesa e do contraditório.

19. A descrição objetiva do fato, conforme ocorreu, é suficiente para a construção da defesa, conforme jurisprudência dos tribunais superiores pátrios do STF e STJ:

- STF: RMS 24.129/DF, 2ª Turma, DJe 30/04/2012: "Exercício do direito de defesa. A descrição dos fatos realizada quando do indiciamento foi suficiente para o devido exercício do direito de defesa. Precedentes: MS 21.721; MS 23.490. (grifamos)

(...)

- Excerto de julgado do STJ: "O indiciado se defende dos fatos que lhe são imputados e não de sua classificação legal, de sorte que a posterior alteração da capitulação legal da conduta não tem o condão de inquirir de nulidade o processo. Precedentes: (MS 14.045/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Terceira Seção, DJe 29.4.2010; MS 10.128/DF, Rel. Min. Og Fernandes, Terceira Seção, DJe 22.2.2010; MS 12.386/DF, Rel. Min. Felix Fischer, Terceira Seção, DJ 24.9.2007, p. 244" (STJ, MS 12.677/DF, 1ª Turma, DJe 20/04/2012), (grifamos)

20. No presente caso, os fatos estão correta e precisamente descritos, com todos os elementos necessários para a perfeita tipificação da infração. Ainda, a norma transgredida também se encontra claramente indicada, não havendo que se falar em embaraços ao exercício da ampla defesa e do contraditório. Desse modo encontra-se perfeitamente configurada a motivação do ato, uma vez que como afirma Hely Lopes Meirelles (MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 152.): "denomina-se motivação a exposição ou a indicação por escrito dos fatos e dos fundamentos jurídicos do ato".

21. Destaque-se que a Lei nº 9.874/99 tem aplicação subsidiária no presente caso: Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.

22. O regimento interno da ANAC repercutiu tal disposição ao prescrever: Art. 30. À Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância compete: I - julgar, em segunda instância administrativa, os recursos às penalidades interpostas por inobservância ou descumprimento dos dispositivos legais disciplinadores da atividade de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, observadas as normas em vigor, bem como, subsidiariamente, a Lei nº. 9.784, de 1999, sem prejuízo dos recursos de competência da Diretoria;

23. A citada INº 008/2008, por seu turno, também estabeleceu: Art. 64. Aplicam-se subsidiariamente ao processo administrativo de que trata a presente Instrução às disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

24. Assim, importa apontar o prazo previsto em lei para exercício da ação punitiva pela administração pública federal. Lei n. 9873/99: Art. 1º. Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado. Tal prazo não transcorreu no caso em exame.

25. Desse modo, cumpriram-se, de forma precisa, os procedimentos legais necessários para o ato de notificação de decisão.

26. Saliente-se, novamente, que o interessado teve acesso anteriormente ao auto de infração, contendo de todos os dados necessários para o exercício pleno da ampla defesa e do contraditório. Ademais, foi devidamente notificado do decisão de primeira instância – que, correta e devidamente motivada, determinou a aplicação de sanção – e, desde a notificação do auto de infração, teve a sua disposição os autos do processo, inclusive, para tirar cópias. Mais ainda, vê-se nas suas manifestações, que defendeu-se precisamente dos fatos imputados.

27. Aponte-se que o Interessado não fez prova alguma de que a operação, mesmo privada, não teria sido realizada sob vínculo empregatício. O simples fato de a operação ter sido privada não importa exclusão da relação laboral. O tripulante, empregado da empresa, pode fazer um traslado da aeronave ou transportar o dono da empresa, por exemplo, todas operações privadas, mas realizadas como funcionário da empresa. Estando a serviço do empregador, trata-se de jornada de trabalho, aplicando-se, obrigatoriamente, os limites previstos na Lei do Aeronauta. A esse respeito, cita-se o disposto na referida lei acerca do aeronauta, conceituando-o, e da jornada de trabalho, art. 2º, caput e art. 20, caput, respectivamente:

28. Aeronauta é o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho.

Art. 2º "Aeronauta é o profissional habilitado pelo Ministério da Aeronáutica, que exerce atividade a bordo de aeronave civil nacional, mediante contrato de trabalho".

Art. 20 "Jornada é a duração do trabalho do aeronauta, contada entre a hora da apresentação no local de trabalho e a hora em que o mesmo é encerrado".

29. Dessa forma, não importa a natureza do voo, mas, tão somente, se realizado sob a égide de relação empregatícia para que haja sujeição às regras de jornada de trabalho previstas na lei.

30. A Lei n. 13.475/20017, que revogou a antiga Lei do Aeronauta, deixa claro que, mesmo nos serviços aéreos privados, há relação empregatícia entre o proprietário e os tripulantes:

Art. 5º Os tripulantes de voo e de cabine exercem suas funções profissionais nos seguintes serviços aéreos:

(...)

V - serviço aéreo privado, entendido como aquele realizado, sem fins lucrativos, a serviço do operador da aeronave.

31. Como não fez prova de que as operações não foram realizadas como parte do trabalho -

numa relação de subordinação e onerosidade (pagamento de salário) -, não cabe a alegação de inaplicabilidade da Lei do Aeronauta.

32. Além disso, a operação foi reportada, quando do plano de voo, *vide* DOC SEI 0864978, como MEDVAC, serviço aéreo especializado, portanto. Não consta também que teria sido realizado em benefício próprio do operador. Dessa forma, não prospera a alegação de que se tratou de voo privado.

33. O Interessado alega a incompetência do autuante, mencionando o Regimento Interno desta ANAC. Contudo, cabe mencionar a Resolução ANAC nº 25/2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades, no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, apresentando, em seus artigos 2º e 5º, a seguinte redação:

Resolução ANAC nº 25/2008

Art. 2º O agente da autoridade de aviação civil, conforme definido em normatização própria, que tiver ciência de infrações ou de indícios de sua prática é obrigado a promover a sua apuração imediata, mediante a instauração de processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, em atenção ao devido processo legal.

(...)

Art. 5º O AI será lavrado quando for constatada a prática de infração à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer, legislação complementar e demais normas de competência da autoridade de aviação civil, sendo obrigatório o atendimento dos requisitos essenciais de validade previstos no art. 8º desta Resolução.

(...)

Art. 8º O AI deve conter os seguintes requisitos:

I - identificação do autuado;

II - descrição objetiva da infração;

III - disposição legal ou normativa infringida;

IV - indicação do prazo de vinte dias para a apresentação de defesa;

V - assinatura do autuante e indicação de seu cargo ou função;

VI - local, data e hora.

34. No que diz respeito à alegação da recorrente quanto à insubsistência e nulidade do auto de infração pela incompetência do autuante, cabe dizer que o Auto de Infração do caso em tela foi lavrado por INSPAC credenciado desta Agência, sendo disposto no documento às fls. 01, a identificação de sua função como Inspetor de aviação civil - INSPAC e sua matrícula.

35. Observa-se, ainda, que a Instrução Normativa nº 06, de 20 de março de 2008, que regula o credenciamento do Inspetor de Aviação, dispõe em seu artigo 1º a seguinte redação:

IN ANAC nº 06/2008

CAPÍTULO I - DA FISCALIZAÇÃO

Art. 1º As atividades de fiscalização da aviação civil são realizadas pelo Especialista e pelo Técnico em Regulação de Aviação Civil dentro de suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Enquanto não houver quantitativo suficiente de Especialistas e Técnicos em Regulação de Aviação Civil no quadro efetivo de servidores da ANAC, as atividades de fiscalização podem ser realizadas por pessoas credenciadas nos termos do art. 197 da Lei nº 7.565, de 1986, mediante a realização de teste de capacitação.

36. Também cumpre mencionar o inciso III do §2º do artigo 1º da Lei nº. 9.784/99, na medida em que, o fiscal de aviação civil, ao exercer a sua atividade fiscalizatória, representa a autoridade de aviação civil naquele momento, com o poder de decisão, sim, de aplicar ou não as providências administrativas previstas, em conformidade com a lei, a norma e a situação fática.

37. Assim, afasta-se a alegação do Interessado quanto à incompetência do autuante ou qualquer descumprimento do art. 8º da Resolução ANAC nº 25/2008, na medida em que restou comprovado que o inspetor de aviação civil, que lavrou o referido auto de infração (fls.01), possui a sua competência para o exercício do poder de polícia desta ANAC.

38. **Da Regularidade Processual** - Considerados os marcos apontados no início dessa análise e o exposto acima, acuso regularidade processual no presente feito. Foram preservados todos os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitados os princípios da Administração Pública, em especial contraditório e ampla defesa.

FUNDAMENTAÇÃO - MÉRITO E ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DO INTERESSADO

39. **Da materialidade infracional** - A peça da DC1, devidamente motivada e fundamentada pelo decisor competente, confirmou, de forma clara e objetiva, a materialidade infracional imputada à interessada pela fiscalização. Restou comprovado, de fato, com base na documentação probatória constante dos autos do processo, a inobservância pelo interessado, ao disposto na alínea "p", inciso II, do art. 302 da Lei nº 7.565, de 19/12/1986 c/c a alínea "a", do art. 21, da Lei 7183 de 05/04/1984 (Lei do Aeronauta).

40. Destarte, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei 9.784/1999, que abre a possibilidade de que a motivação da decisão de recurso administrativo consista em declaração de concordância com fundamentos de anteriores decisões, este relator ora endossa os argumentos trazidos por aquele decisor em sede de primeira instância para a confirmação da prática infracional, bem como fundamentação e a motivação da penalidade aplicada, declarando concordância a fim de que passem a fazer parte integrante do presente voto.

41. **Das razões recursais** - O Recorrente não trouxe em recurso, nenhuma argumentação contrária em matéria de mérito, quanto ao que foi apurado pela Fiscalização.

42. Não havendo argumentação com prova em contrário, deve-se prevalecer aquilo que foi apurado pela Fiscalização. A atuação do Inspetor de Aviação Civil - INSPAC é ato administrativo que possui em seu favor presunção de legitimidade e cabe ao interessado a demonstração dos fatos que alega, nos termos do art. 36 da lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

Art. 36 Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e o do disposto do art. 37 desta lei.

43. A presunção de legitimidade e legalidade dos atos administrativos advém do fato de que todos os atos devem estrito cumprimento em conformidade com a lei e de veracidade, por serem dotados da chamada fé pública. "Trata-se de presunção relativa (*juris tantum*), que, como tal, admite prova em contrário. O efeito prático de tal presunção é o de inverter o ônus da prova". (DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001, página 72).

44. Pode-se dizer, portanto, que os atos emanados do Estado, independente de qual seja sua natureza – presumem-se verdadeiros até prova em contrário. A própria Constituição do Brasil estabelece que declarações e informações da Administração gozam de fé pública:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

II - recusar fé aos documentos públicos;

45. Se não se pode recusar a fé dos documentos públicos, é lógica a interpretação de que isso implica que os documentos (e atos) da Administração reputam-se (presumem-se) válidos. E mais, reputam-se válidos porque os atos administrativos se postam vinculados ao princípio da estrita legalidade, cujo efeito óbvio é que a Administração e seus agentes não podem atuar senão dentro dos limites legalmente postos, diferente dos entes privados, que podem atuar livremente contanto que não firam os limites legais.

46. Ademais, o próprio interessado não questiona a ausência de preenchimento dos apontados campos do citado diário de bordo. Mais do que isso, vê-se que ausência de preenchimento importou o erro quanto as horas disponíveis até a manutenção.

47. Acrescente-se que a conduta praticada pelo atuado enquadra-se como erro de fato e de direito, vez que inobservam norma cogente e de aplicação *erga omnes* regularmente expedida pela ANAC.

48. Saliente-se que o cumprimento de norma *erga omnes* vigente é objetivo, sem distinção de elemento volitivo, a não ser que expressamente consignado pela norma regulamentar. Como os normativos em comento não fazem expressamente esta distinção, não há que falar em exigência de voluntariedade para incursão na infração.

49. Este entendimento é corroborado por Hely Lopes Meirelles, que destaca que a multa administrativa, diferente das sanções penais, é de natureza objetiva, isto é, prescinde da caracterização da culpa ou do dolo do infrator para ser devida, uma vez que decorre do expresse descumprimento de conduta desejável imposta pelo Estado, decorrente precipuamente da supremacia do interesse público. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.)

50. Desse modo, resta claro que, no presente caso, como estabelecido por norma cogente oponível a todos os abrangidos em seu espectro, de caráter vinculativo, não há margem para exceções quanto ao seu cumprimento no que tange a ausência do elemento volitivo.

51. Ainda, faz-se importante destacar o ensino de Celso Antônio Bandeira de Mello de que a finalidade das sanções relacionadas às infrações administrativas é desestimular a prática das condutas censuradas ou constranger ao cumprimento das obrigatórias, intimidando eventuais infratores. Todas as multas administrativas devem cumprir função intimidadora e exemplar, mas existem as que se limitam a esta função, e outras que buscam também ressarcir a Administração de algum prejuízo causado (multas ressarcitórias) como também as que apresentam caráter cominatório, se renovando continuamente até a satisfação da pretensão, obrigando o administrado a uma atuação positiva (astreinte). (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 24ª., São Paulo, Malheiros Editores, 2012, p. 864/865 e p. 879).

52. Daí a compreensão de que no processo administrativo sancionatório impera o livre convencimento do Fiscal-Regulador dentro da discricionariedade motivada e cotejo para com a finalidade específica a ser atingida com a eventual sanção a ser aplicada caso-a-caso. Esta finalidade, por sua vez, posta-se adstrita aos patamares firmados por norma de aplicação cogente e *erga omnes*, qual seja a tabela de valores dos Anexos da Resolução ANAC 25/2008.

53. Se houve a constatação da infração, este é o motivo para a aplicação da sanção. Se houve aplicação de sanção, os anexos da Resolução 25/2008 estabelecem os patamares de aplicação que não podem ser extrapolados pela unidade julgadora – e, no caso, efetivamente não houve extrapolação. Pelo contrário, aplicou-se inclusive o valor mínimo. Pelo fato de isto restar bem configurado nos autos, em especial pelo entendimento supra de a dosimetria (patamares de multa) ter supedâneo normativo (Anexo da Resolução ANAC 25/2008), não prosperam quaisquer alegações quanto à aplicação da sanção de multa e ao seu valor.

54. **Ante o exposto, tem-se que as razões dos recursos não lograram êxito em afastar a prática infracional objeto do presente feito e atribuída à interessada, restando esta configurada nos termos aferidos pela fiscalização.**

DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

55. A Instrução Normativa ANAC nº 08/2008 determina que a penalidade de multa deve ser calculada a partir do valor intermediário constante das tabelas aprovadas em anexo à Resolução nº 25, em vigor desde 28/04/08, observando-se as circunstâncias atenuantes e agravantes existentes

56. Para o reconhecimento da circunstância atenuante prevista no artigo 22, § 1º, inciso I da Resolução ANAC nº 25/2008 (“o reconhecimento da prática da infração”) entende-se que o ente regulado deve reconhecer não só a prática do ato, mas também o fato de que essa conduta infringiu norma de competência da Autoridade de Aviação Civil, o que não se deu nos autos do processo. Dessa forma, deve ser afastada a sua incidência.

57. Da mesma forma, entende-se que a Interessada não demonstrou, nos autos, ter adotado voluntariamente qualquer providência eficaz para amenizar as consequências da infração. Repare-se que nenhuma medida que configure um dever pode ser fundamento para a aplicação dessa atenuante, prevista no artigo 22, § 1º, inciso II.

58. Para a análise da circunstância atenuante prevista no artigo 22, § 1º, inciso III (“a inexistência de aplicação de penalidades no último ano”), é necessária pesquisa para identificar a eventual existência de sanção aplicada ao ente regulado no período de um ano encerrado nas datas dispostas no quadro em epígrafe – que são as datas das infrações ora analisadas.

59. Em pesquisa no Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC dessa Agência, ficou demonstrado que **não há** penalidade (SEI 1441643) anteriormente aplicada ao atuado nessa situação.

60. Quanto à existência de circunstância agravante, não se vê, nos autos, qualquer elemento que configure hipótese prevista no § 2º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.

61. Dada a presença de circunstância atenuante e a ausência de circunstâncias agravantes aplicáveis ao caso, sugere-se que a penalidade a ser aplicada seja quantificada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), que é o valor mínimo previsto, à época do fato, para a hipótese em tela - COD. ELT, letra “p”, da Tabela de Infrações II - Infrações imputáveis a aeronautas e aeroviários ou operadores de aeronaves - P. Física - do Anexo I, da Resolução nº. 25/2008, e alterações posteriores.

62. **Da sanção a ser aplicada em definitivo** - Quanto ao valor da multa aplicada pela decisão de primeira instância administrativa, diante do esposado neste arrazoado, entendo que cabe a sua **MANUTENÇÃO**, no patamar mínimo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

CONCLUSÃO

63. Pelo exposto, sugiro **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, **MANTENDO** a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa em desfavor de HERNANE DE SILVEIRA CHAVES, conforme individualizações no quadro abaixo:

MARCOS PROCESSUAIS

NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Data da Infração	Infração	Enquadramento	SANÇÃO A SER APLICADA EM DEFINITIVO
00058.522588/2017-49	662809185	001641/2017	29/04/2016	Extrapolar os limites de jornada de trabalho de tripulação simples ou mínima, fora dos casos previstos em lei.	Artigo 302, inciso II, alínea "p" da Lei n.º 7.565/1.986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer) c/c a alínea "a", do art. 21, da Lei 7183 de 05/04/1984 (Lei do Aeronauta).	R\$ 2.000,00

64. **É o Parecer e Proposta de Decisão.**

65. **Submete-se ao crivo do decisor.**



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Camargo Cassimiro, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil**, em 08/05/2019, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2947520** e o código CRC **3E414759**.

Referência: Processo nº 00058.522588/2017-49

SEI nº 2947520



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
JULGAMENTO ASJIN - JULG ASJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 606/2019

PROCESSO Nº 00058.522588/2017-49

INTERESSADO: Hernane de Silveira Chaves

1. Recurso conhecido e recebido em seu efeitos suspensivo, vez que apresentado na vigência do art. 16 da Res. ANAC 25/2008.
2. Analisados todos os elementos constantes dos autos, em especial manifestações do interessado. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.
3. De acordo com a proposta de decisão (2947520) Ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.
4. Dosimetria adequada para o caso. À luz do art. 36, §6º, da Resolução 472/2018, que entrou em vigor a partir de 04/12/2018, "*para fins de aferição da dosimetria deve-se considerar o contexto fático existente quando do arbitramento da sanção em primeira instância*".
5. Consideradas as atribuições a mim conferidas pela Portaria nº 3.403, de 17 de novembro de 2016 e Portaria nº 2.829, de 20 de outubro de 2016 e com com lastro no art 42, inciso I da Resolução ANAC nº 472, de 2018, e competências ditadas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução n 381/2016, **DECIDO:**

- **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso, **mantendo a decisão aplicada pelo setor de primeira instância administrativa**, em desfavor de Hernane de Silveira Chaves, nos seguintes termos:

MARCOS PROCESSUAIS						
NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Data da Infração	Infração	Enquadramento	SANÇÃO A SER APLICADA EM DEFINITIVO
00058.522588/2017-49	662809185	001641/2017	29/04/2016	Extrapolar os limites de jornada de trabalho de tripulação simples ou mínima, fora dos casos previstos em lei.	Artigo 302, inciso II, alínea "p" da Lei n.º 7.565/1.986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer) c/c a alínea "a", do art. 21, da Lei 7183 de 05/04/1984 (Lei do Aeronauta).	R\$ 2.000,00

6. À Secretaria.
7. Notifique-se.
8. Publique-se.

BRUNO KRUCHAK BARROS

SIAPE 1629380

Presidente Turma Recursal – BSB

Assessor de Julgamento de Autos em Segunda Instância Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 13/05/2019, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2948195** e o código CRC **82E7D61C**.

Referência: Processo nº 00058.522588/2017-49

SEI nº 2948195